



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
BACHARELADO EM FILOSOFIA

Fundamentação da Metafísica dos Costumes,
**Por Que Todo Ser Racional Deve Agir Como Se Fosse um
Legislador no Reino Universal dos Fins?**

Canoi Gomes de Aguiar

Immanuel Kant (1724 - 1804) foi um filósofo alemão da época do Iluminismo e um dos principais influenciadores do pensamento moderno. Suas análises sobre a ética e a moral vieram a ajudar a definir o que hoje conhecemos como Declaração Universal dos Direitos Humanos, instituída pelas Nações Unidas em 1948 após a Segunda Guerra Mundial. Com o objetivo de definir um princípio supremo da moralidade, ele parte da *Crítica da Razão Pura*, onde investiga os limites do que nossa razão pode compreender. Ele distingue entre dois tipos de conhecimento: o conhecimento *a posteriori*, que depende da nossa experiência sensível, e o conhecimento *a priori*, que é inteligível e independe dos nossos sentidos. Com base nisso, ele desenvolve a *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, na qual investiga a *metafísica dos costumes*, que seria a parte *a priori* da ética. Ele se apoia na ideia das três ciências da Grécia Antiga: *lógica, ética e física*. A lógica, segundo Kant, é puramente *a priori*, enquanto tanto a ética quanto a física possuem aspectos *a priori* e *a posteriori*. Assim como a física empírica tem sua *metafísica da natureza* (*a priori*), igualmente a ética terá uma parte empírica, uma *antropologia prática*, e uma parte pura, a *metafísica dos costumes*. Ou seja, o que Kant quer fazer aqui é focar somente na parte pura da ética, deixando de lado o empirismo, a fim de descobrir leis *a priori* da razão que tem validade universal para todo e qualquer ser racional, ou como falei anteriormente, achar um princípio supremo da moralidade. Ao longo da obra, ele apresenta alguns princípios que são condições para a moralidade, princípios esses que operam a partir do uso prático da razão pura, como os próprios conceitos de *liberdade* e *autonomia*. Para Kant, a moralidade pressupõe o direito de escolha, a capacidade de fazer a vontade querer algo diferente dos desejos. E é exatamente nessa área que Kant conduz sua investigação: onde habita a possibilidade do agir moralmente.

Logo no início da *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, Kant nos apresenta o conceito de *boa vontade*, afirmando que “não se pode imaginar o que poderia ser considerado bom, sem restrições” a não ser ela. A boa vontade, segundo Kant, é boa em si mesma, independentemente de seus efeitos ou resultados. Esse conceito lembra o sumo bem na *Ética a Nicômaco* de Aristóteles, onde a felicidade não pode ser simplesmente medida pelos desejos individuais, mas sim é preciso fazer um uso prático da razão para agir em benefício da *polis grega*. De maneira semelhante, a vontade humana para Kant também não é absolutamente boa porque, além de seres racionais, somos também seres sensíveis, constantemente influenciados por nossos desejos e inclinações. O que torna a vontade boa, então, é a capacidade de submeter esses impulsos à razão. Embora seja possível que nossas inclinações naturais nos levem a agir conforme o dever, Kant argumenta que não podemos

confiar nelas, pois é muito mais comum que nos levem a agir de maneira imoral. Portanto, para Kant, a felicidade por si só não é suficiente; é necessário ter uma boa vontade para administrar corretamente nossos dons naturais (como coragem e temperança) e os dons da sorte (como riquezas e honra).

A boa vontade é sempre boa em si mesma, o que significa que sua bondade não depende do resultado da ação. Mesmo que o resultado seja negativo ou que a ação não alcance seu objetivo, a boa vontade permanece admirável quando é motivada pelo dever. Por outro lado, as ações influenciadas por nossas inclinações não seguem esse princípio. O objetivo dessas ações é algo além da própria vontade ou até mesmo do resultado da ação em si, sem garantia de que esse fim último será alcançado. Kant denomina essa capacidade de nos governarmos por meio da razão como autonomia, ela é o uso prático da razão para guiar a vontade sobre o que deve ser feito. Já a *heteronomia* é o oposto, agir totalmente pelas nossas inclinações e desejos, mesmo que isso seja uma escolha deliberadamente nossa. É importante deixar claro que estamos lidando somente com representações, então não temos como conhecer essas inclinações de fato, nem mesmo de que modo elas influenciam a nossa vontade, o mesmo serve para essa relação entre a razão e a vontade, não podemos conhecer, somente pensar que é possível. A autonomia é crucial pois é uma das condições para a ação moral.

E isso é muito interessante, pois o que nós temos é a razão pensando a sua própria relação com uma ideia de vontade, relação que seria de necessitação, a razão impulsiona a vontade a querer algo. Bom deixar claro que não vai ser tratar de uma relação de obrigatoriedade, a razão influencia a vontade mas está a todo o instante disputando o território com as nossas outras inclinações, nos levando a nem sempre agir pelo seu querer, e por isso a ação moral é tão especial, pois ela se manifesta quando nós queremos o dever pelo próprio dever. O dever para Kant é o *respeito à lei*, essas leis, ou melhor, *representações da lei*, são exatamente as que ele investiga na *metafísica dos costumes*, ou seja, são leis que existem a priori, e que podemos conhecer através da razão. Portanto se a razão é quem pode pensar nessas leis e ela usa essas mesmas leis para influenciar nossa vontade, que é o princípio da autonomia, quer dizer que a razão consegue se autolegislar, o que torna nós mesmos *legisladores*. O filósofo chama essa representação da lei pela razão de um *princípio subjetivo*, ou *máxima*, quando é válida para nós, mas não necessariamente universal. Se for válida para todo ser racional, ela se torna um *princípio objetivo*, ou *lei prática*. Isso nos leva à *fórmula da lei universal*, que é a primeira formulação do *imperativo categórico* de Kant: “Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne

uma lei universal”. Ou seja, para uma ação ser moral, ela deve ser capaz de se tornar uma lei válida universalmente para todos os seres racionais.

Antes de entrar no que seria o imperativo categórico, o que nós temos até agora é a razão, através de um princípio objetivo, ou lei prática, impulsionando a nossa vontade a querer algo. Kant chama essa *necessitação* de *mandamento*, e todo esse processo de formulação de um mandamento ele chama de *imperativo*. Os imperativos podem ser de natureza *hipotética* ou *categórica*. Os hipotéticos são os que nós estipulamos um meio para atingir um fim, já o categórico determina o próprio fim e deve ser cumprido independentemente das condições. Ou seja, o hipotético não pode ser o imperativo do dever, pois a boa ação precisa ser boa em si, e neste a ação é condicional: “Se eu quiser X, então devo fazer Y”. A ação ocasionalmente pode acabar tangendo a moralidade mas seus fins podem ser vários, e portanto não há garantia de moralidade. E aqui entra o *imperativo categórico*, que ordena a vontade a fazer algo pelo simples dever. Ele dirá simplesmente “Faça Y”, e devemos fazer independente das condições para a realização. No entanto Kant não se limita a essa formulação, ao longo da obra também nos dá outras formulações do imperativo categórico, vamos por partes.

Se no imperativo categórico nós determinamos o fim da ação, qual seria esse fim? Para Kant é a *humanidade*, pois nossas ações devem, além de respeitar nossa própria autonomia, respeitar também a autonomia dos outros seres com capacidade racional. E aí entra a segunda formulação do imperativo categórico dada por Kant, a *fórmula da humanidade*, que é a seguinte: “Aja de tal forma que uses a humanidade, tanto na tua pessoa, como na pessoa de qualquer outro, sempre e ao mesmo tempo como fim e nunca simplesmente como meio.”. Isso significa que, para Kant, a máxima “os fins justificam os meios” não tem validade moral alguma. A humanidade precisa ser um fim em si mesma, e nunca deve ser usada como meio para alcançar outro fim.

Esse conceito da humanidade tendo fim em si mesma, leva Kant a desenvolver a ideia de *reino dos fins*, onde seria uma comunidade ideal onde todos os seres racionais agem mirando o bem da própria comunidade. Como vimos, se todo ser dotado de razão pode pensar em leis práticas e agir de acordo com o imperativo categórico, então igualmente todos esses seres racionais têm capacidade de atuar como legisladores. Kant expressa isso na terceira lei do imperativo categórico: “Age como se, através de suas máximas, fosses sempre um membro legislador no reino universal dos fins.”. No reino ideal, somos todos legisladores de nós mesmos e de nossa comunidade, agindo sempre em busca do bem para nós e para os outros pelo dever.

Para concluir, é justamente pelo imperativo categórico de Kant que podemos nos ver como “membros legisladores do reino universal dos fins”. Como seres racionais, temos a capacidade de pensar as leis práticas a priori através da razão e, com a autonomia da vontade, utilizar essa razão para guiar nossas ações de acordo com essas leis. A boa ação deve sempre ter a humanidade como fim, o que define o “reino universal dos fins”, um reino ideal onde a humanidade tem fim em si mesma e onde todos os seres racionais, ao agirem moralmente, são igualmente legisladores.